

Lei Ordinária nº 1971/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR LOTES DE TERRENO DE SUA PROPRIEDADE AOS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE INTERESSE SOCIAL.

GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito do Município de Jardim-MS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal de Jardim, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 21 de novembro de 2019

Art. 1°.

O Poder Executivo Municipal fica autorizado a doar às famílias beneficiárias os imóveis assim identificados:

50 (cinquenta) lotes, localizados no Município de Jardim/MS, registrados nas matrículas abaixo relacionadas:

- I Quadra Nº 04 Vila Cachoeirinha 10 Lotes
- **a)** Lote 51, Matrícula nº 22.054;
- **b)** Lote 52, Matrícula nº 22.055;
- c) Lote 53, Matrícula nº 22.056;
- **d)** Lote 54, Matrícula nº 22.057;
- e) Lote 55, Matrícula nº 22.058;
- **f)** Lote 56, Matrícula nº 22.059;
- **g) -** Lote 57, Matrícula nº 22.060;
- **h)** Lote 58, Matrícula nº 22.061;
- i) Lote 59, Matrícula nº 22.062;
- **j) -** Lote 60, Matrícula nº 22.063;
- II Quadra nº 03-A Jardim Panorama "A" 15 Lotes
- a) Lote 02, Matrícula nº 21.989;

```
b) - Lote 03, Matrícula nº 21.990;
c) - Lote 04, Matrícula nº 21.991;
d) - Lote 05, Matrícula nº 21.992;
e) - Lote 06, Matrícula nº 21.993;
f) -
Lote 07, Matrícula nº 21.994;
g) - Lote 08, Matrícula nº 21.995;
h) -
Lote 09, Matrícula nº 21.996;
i) -
Lote 10, Matrícula nº 21.997;
j) -
Lote 11, Matrícula nº 21.998;
k) - Lote 12, Matrícula nº 21.999;
I) - Lote 13, Matrícula nº 22.000;
m) - Lote 14, Matrícula nº 22.001;
n) - Lote 15, Matrícula nº 22.002;
o) - Lote 16, Matrícula nº 22.003;
III - Quadra nº 03-B - - Jardim Panorama "A" - 15 Lotes
a) - Lote 17, Matrícula nº 22.004;
b) - Lote 18, Matrícula nº 22.005;
c) - Lote 19, Matrícula nº 22.006;
d) - Lote 20, Matrícula nº 22.007;
e) - Lote 21, Matrícula nº 22.008;
f) - Lote 22, Matrícula nº 22.009;
g) - Lote 23, Matrícula nº 22.010;
h) -
Lote 24, Matrícula nº 22.011;
i) - Lote 25, Matrícula nº 22.012;
j) - Lote 26, Matrícula nº 22.013;
```

```
k) - Lote 27, Matrícula nº 22.014;
I) - Lote 28, Matrícula nº 22.015;
m) - Lote 29, Matrícula nº 22.016;
n) - Lote 30, Matrícula nº 22.017;
o) - Lote 31. Matrícula nº 22.018:
IV - Quadra 04 - Jardim Panorama "A" - 08 Lotes
a) - Lote 01, Matrícula nº 21.975;
b) - Lote 02, Matrícula nº 21.976;
c) - Lote 03, Matrícula nº 21.977;
d) - Lote 04, Matrícula nº 21.978;
e) - Lote 05, Matrícula nº 21.979;
f) - Lote 06, Matrícula nº 21.980;
g) - Lote 07, Matrícula nº 21.981;
h) - Lote 08, Matrícula nº 21.982;
V - Loteamento Parque das Araras - 02 Lotes
a) - Lote 72, Matrícula nº 21.984;
```

Art. 2°.

b) - Lote 73, Matrícula nº 21.985;

Os referidos Lotes serão doados às famílias selecionadas em Programa de Habitação de Interesse Social, instituído pelo Município, Estado ou União, com a finalidade exclusiva de construção de moradias em conformidade com as normas estabelecidas nos referidos programas.

Art. 3°.

A pessoa beneficiária terá o encargo de utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais.

Art. 4°.

A construção das Unidades Habitacionais nos imóveis a serem doados nos termos desta Lei ficará dispensada de pagamento dos seguintes tributos e taxas municipais:

۱-

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, no período compreendido da construção até a expedição do habite-se;

II -

ISSQN – Isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura necessária a viabilização do empreendimento;

III -

Taxas referentes à expedição de alvará de construção e habite-se;

IV -

ITBI - Imposto de Transmissão de bens imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para a pessoa beneficiada, na efetivação a doação.

Art. 5°.

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parceria com as demais instituições públicas ou privadas para concretização de Programa Habitacional de Interesse Social.

Art. 6°.

Só Poderão ser beneficiadas pelo programa de interesse social as famílias que atendam ao estabelecido na respectiva legislação do Programa instituído.

Art. 7°.

As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessárias, com contrapartidas complementares.

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, JARDIM - M, 21 DE NOVEMBRO DE 2019

GUILHERME ALVES MONTEIRO

Prefeito Municipal